



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará -  
CAU PA**

**Relatório dos auditores independentes**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará - CAU PA**

**Demonstrações contábeis**

**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

## **Conteúdo**

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

**Balanco patrimonial**

**Balanco financeiro**

**Balanco orçamentário**

**Demonstração das variações patrimoniais**

**Demonstração dos fluxos de caixa**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**



## 1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará - CAU PA, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral, Resolução CAU BR nº 033/2012.

O Conselho está localizada na Travessa Rui Barbosa, nº 452, Bairro Reduto, Cidade de Belém-PA.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de janeiro de 2017.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.



## 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 9*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes (*Nota 6*) e a a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 13*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

## 3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

### 3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### 3.2 Contas a receber de anuidades

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente a previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU PA, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Quando há necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a administração realiza uma análise individualizada de cada caso.

### 3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados preponderantemente pelo almoxarifado de materiais.

### 3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:



	<u>Anos</u>
Edificações	25
Máquinas e equipamentos	5
Veículos	8
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de processamento de dados	5
Instalações	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

### **3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

### **3.6. Outros ativos e passivos**

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

### **3.7. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.



### 3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.1.

### 3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

### 3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

### 3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

### 3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

### 3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.



## 4. Gestão de Risco Financeiro

### 4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

#### a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 5.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

#### b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 5. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

#### c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.



## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa	0	0
Banco conta movimento	1.190,36	0
Aplicações financeiras	932.588,42	959.865,11
	<u>933.778,78</u>	<u>959.865,11</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

Todos os Saldos da Conta BB 5665, são transferidos a conta investimento Fundo Mensal (5665), sendo que neste exercício de 2016 restou um saldo de R\$ 1.190,36.

Todas as aplicações financeiras são de resgate imediato.

As aplicações financeiras no exercício de 2016 renderam R\$ 458.726,92 ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Pará. Sendo que a conta CDB titulo de renda fixa rendeu R\$ 17.204,00 e a Investimentos Fundos Mensal R\$ 423.247,48.

O Saldo da conta “Entidade Públicas Devedoras” no valor de R\$ 11.230,41, refere-se a retenção de IRRF que foi feita indevidamente pelo Banco do Brasil S.A. nos rendimentos da conta de Investimentos Fundos Mensal e irá ser restituída pelo mesmo, pois este conselho é isento da tal retenção.

O Saldo da conta “Devedores da Entidade” no valor de R\$ 2.198,92, refere-se a contas de energia elétrica e água da antiga sede do CAU PA, que foi debitado indevidamente, após a mudança para a nova sede do CAU PA, e que será restituída pelo corretor responsável pela locação do imóvel.

## 6. Créditos de curto prazo

	2016	2015
Contas a receber de anuidades	1.050.354,61	71.184,94
( - ) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	0	0
	<u>1.050.354,61</u>	<u>71.184,94</u>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:





	2016	2015
A vencer	0	0
Vencidos:	0	0
Até 30 dias	0	0
De 31 a 60 dias	0	0
De 61 a 90 dias	0	0
De 91 a 180 dias	0	0
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	0	0
	-	-

A Entidade até este exercício de 2016 ainda não registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa.

## 6.1 Contas a receber de anuidades

	2016	ajustes 31/12	saldo 31/12	2015
Pessoa Física do Exercício	338.108,62	258.425,81	79.682,81	34.851,76
Pessoa Jurídica do Exercício	83.654,08	22.790,08	60.864,00	12.856,55
Pessoa Física do Exercício Anterior	547.599,86	527.368,80	-	20.231,06
Pessoa Jurídica do Exercício Anterior	80.992,05	77.746,48	-	3.245,57
	1.050.354,61	886.331,17	140.546,81	71.184,94

Em dezembro de 2016 ocorreram alguns ajustes de valores a maior de anuidades a receber do exercício e do exercício anterior, conforme orientação do CAU BR, referente aos relatórios 14 e 15 do SICCAU, que indicam os valores pendentes a receber de anuidade pessoa física e Jurídica. Conforme o relatório os valores são expressos conforme tabela abaixo, e devem compor o saldo final da contabilidade em 31/12/2016, esclarecendo que foi adotado o percentual de 80% para valores a receber, pois 20% referem-se às receitas do CAU BR por partição na origem.

	DADOS DO RELATÓRIO DE INADIMPLÊNCIA SICCAU					
	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
P. F. Exercício	0	0	0	0	338.108,62	338.108,62
P. J. Exercício	0	0	0	0	83.654,08	83.654,08
P. F. E. Anterior	2.531,58	7.437,56	22.225,22	48.727,69	0	80.922,05
P. J. E. Anterior	78.460,94	115.259,17	151.424,03	202.455,72	0	547.599,86

## 7. Estoques



	2016	2015
Material de escritório	0	0
Material de limpeza	0	0
Outros materiais	0	0
	-	-

A Entidade não tem saldos no estoque de matérias de escritório, materiais de limpeza ou outros materiais.

## 8. Impostos a recuperar (se aplicável)

	2016	2015
ICMS a recuperar	0	0
PIS e COFINS a recuperar	0	0
IPI a recuperar	0	0
IRPJ e CSLL a recuperar	0	0
Outros impostos a recuperar	0	0
	-	-
Circulante	0	0
Não circulante	0	0
	-	-

A Entidade não tem saldos de impostos a recuperar.

## 9. Imobilizado



	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2016	2015
Máquinas e Equipamentos	27.492,59	12.650,71	3.821,00	5.296,41
Imóveis	1.140.000,00	43.581,58	40.161,58	6.833,16
Instalações	4.834,67	1.531,70	607,62	278,94
Veículos	42.700,00	14.811,53	4.803,72	7.686,00
Móveis e utensílios	42.020,90	11.620,62	2.900,40	4.607,03
Equipamentos de processamento de dados	25.010,87	22.325,15	9.561,07	3.537,02
Benfeitorias em imóveis de terceiros	0	0	0	0
Obras em andamento	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1.282.059,03</b>	<b>106.521,29</b>	<b>61.855,39</b>	<b>28.238,56</b>

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

Devido a implantação de um sistema patrimonial (sispat) para cálculo das depreciações de forma automática, pois até o exercício de 2015 era feito de forma manual, houve necessidade de se fazerem alguns ajustes de valores na contabilidade na conta de “depreciação acumulada” dos imobilizados no exercício de 2016, para que os mesmos apresentassem os mesmos valores em ambos os sistemas.

Os ajustes são os demonstrados abaixo:

Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	1.646,33	0
Depreciação Acumulada de Imóveis	3.413,16	0
Depreciação Acumulada de Instalações	8,00	0
Depreciação Acumulada de Veículos	400,50	0
Depreciação Acumulada de Móveis e utensílios	4.381,91	0
Depreciação Acumulada de Equipamentos de Processamento de Dados	0	3.030,55
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	6.819,35
<b>Total</b>	<b>9.849,90</b>	<b>9.849,90</b>

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

### Movimentação do ativo imobilizado:



Controladora	31.12.2015	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2016
Máquinas e Equipamentos	27.492,59	8.994,40	11.263,57	3.821,00	25.223,42
Imóveis	1.140.000,00	0	0	40.161,58	1.140.000,00
Instalações	4.834,67	4.600,00	0	607,62	9.434,67
Veículos	42.700,00	0	0	4.803,72	42.700,00
Móveis e utensílios	42.020,90	2.562,86	0	2.900,40	44.583,76
Equipamentos de processamento de dados	25.010,87	11.263,57	0	9.561,07	36.274,44
Benfeitorias em imóveis de terceiros	0	0	0	0	-
Obras em andamento	0	0	0	0	-
Outros	0	0	0	0	-
<b>Total</b>	<b>1.282.059,03</b>	<b>27.420,83</b>	<b>11.263,57</b>	<b>61.855,39</b>	<b>1.298.216,29</b>

### Adições

Em 2016, as adições da Conta “Máquinas e Equipamentos” englobaram 01 Condicionador de Ar Split 30.000 btus, no valor de R\$ 3.766,00 e 01 Central Telefônica PABX Digital, no valor de R\$ 5.228,40, ambos destinados ao setor de atendimento no valor total de R\$ 8.994,40.

A Conta “Instalações” engloba a aquisição de 02 Painéis Luminosos no valor total de R\$ 4.600,00, destinado a identificação da nova sede do CAU/PA.

A Conta “Móveis e Utensílios” engloba a aquisição de 05 Persianas no valor total de R\$ 2.562,86, destinado as salas da nova sede do CAU/PA.

### Ajustes

Em 2016 houve necessidade de ajustarmos os valores da Conta “Máquinas e Equipamentos” e “Equipamentos de Processamento de Dados” no valor de R\$ 11.263,57, devido ao cadastro errado destes equipamentos no sistema de patrimônio (sispat).

Não houve baixas de imobilizado neste exercício de 2016.

## 10. Intangível

	2016	2015
Softwares	0	0
Outros intangíveis	0	0
	-	-

A Entidade não tem softwares ou outros intangíveis.



## 11. Fornecedores a pagar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prestação de serviço	1.259.726,28	2.083.910,60
Fornecedor de materiais	15.539,07	21.753,59
Outros fornecedores	0	0
	<u>1.275.265,35</u>	<u>2.105.664,19</u>

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer	0	0
Vencidos:		
Até 30 dias	0	0
De 31 a 60 dias	0	0
De 61 a 90 dias	0	0
De 91 a 180 dias	0	0
	<u>-</u>	<u>-</u>

A Entidade possui obrigações em curto prazo, registradas na conta "Adiantamento de clientes" que se referem a depósitos feitos diretamente na conta do CAU PA pelo Comando da Aeronáutica referente a Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) dos Arquitetos deste órgão.

## 12. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais



	2016	2015
Salários e encargos sociais	689.984,12	554.593,26
Provisão para férias e encargos sociais	71.244,41	64.921,68
IRRF a recolher	32.384,25	27.496,10
PIS e COFINS a recolher	8.009,89	110,98
Outros impostos a recolher	6.009,03	584,63
	<u>807.631,70</u>	<u>647.706,65</u>
Passivo circulante	807.631,70	647.706,65
Passivo não circulante	0	0
	<u>807.631,70</u>	<u>647.706,65</u>

### 13. Provisão para riscos processuais

A Entidade e suas controladas não são parte em processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais não foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão assim representadas:

	2016	2015
Trabalhistas	0	0
Cíveis	0	0
	<u>-</u>	<u>-</u>

A movimentação da provisão no exercício de 2016 está demonstrada a seguir:

	2015	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	2016
Tributários	0	0	0	0	0	-
Trabalhistas	0	0	0	0	0	-
Cíveis	0	0	0	0	0	-
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

#### a. Natureza das contingências

A Entidade não é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e não está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Não há provisões para contingências constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos



desfechos foi avaliada como improvável.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

## b. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2016, não foram computados nos montantes decorrentes de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Entidade aponta para uma improbabilidade de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

## 14. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2016 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há remuneração ao presidente e aos conselheiros deste conselho de classe que correspondam a benefícios de curto prazo.

Não há benefício concedido de uso de veículos ao presidente e aos conselheiros deste conselho de classe.

No exercício de 2016 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego e plano de aposentadoria, apenas houve 01 rescisão de contrato de trabalho.

## 15. Despesas por natureza

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depreciação e amortização	58.824,84	54.515,80
Despesas com pessoal	698.486,92	559.127,15
Despesas com contratação de terceiros	326.409,53	280.507,86
Impostos, taxas e contribuições	46.606,63	51.978,00
Outras receitas e despesas	2.921,58	9.316,18
	<u><u>1.133.249,50</u></u>	<u><u>955.444,99</u></u>

## 16. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro



## Resultado Patrimonial

	2016	2015
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	2.231.470,08	1.449.925,06
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	1.336.648,75	1.099.349,00
(=) Superávit Patrimonial apurado	<b>894.821,33</b>	<b>350.576,06</b>

## Resultado Orçamentário

	2016	2015
Receita Orçamentária Arrecadada	1.252.300,41	1.402.193,81
(-) Despesas Empenhadas	1.245.748,42	2.164.152,12
(=) Superávit Orçamentário Apurado	<b>6.551,99</b>	<b>- 761.958,31</b>

## Resultado Financeiro

	2016	2015
Saldo Disponível Apurado	933.778,78	928.927,48
(-) Passivo Financeiro	86.762,84	27.978,40
(=) Superávit Financeiro Apurado	<b>847.015,94</b>	<b>956.905,88</b>

## 17. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2016, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	590,82
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 01 veículo	1.881,48
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	-
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	-
		<b>2.472,30</b>

## 17. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.





## 18. Eventos subsequentes

*Se houver eventos subsequentes de 1° de Janeiro até data de emissão do relatório de auditoria e, que seja necessário a sua divulgação, conforme CPC 24/IAS 10, deverá ser divulgada a informação, para fins de apresentação.*

\*

\*

\*